

O TEXTO

John Gledson

Esta edição continua a das crônicas de 1892 e 1893, publicada pela editora Hucitec em 1996. A numeração das crônicas dá seguimento a esta edição, que terminou no número 83. Cabe repetir aqui o que foi dito acerca do texto:

“O meu objetivo ao editar estes textos foi reproduzir com a máxima fidelidade as intenções de Machado, com a única restrição de modernizar a ortografia. Não existem manuscritos; portanto, o único texto-base que nos interessa é evidentemente o da *Gazeta de Notícias*. Voltei ao jornal sempre que pudesse, com exceções mencionadas a seguir, usando uma cópia microfilmada da coleção da Biblioteca Nacional.”

Para esta edição, usei a versão destes mesmos microfilmes reproduzida no site da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, e disponível na internet desde 2015. Em apenas três casos, nas crônicas de 1º de janeiro, 25 de fevereiro, e 1º de julho, me servi dos textos editados por Mário de Alencar e Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, já que faltam nos microfilmes (os originais, encadernados, sofreram de excesso de uso). A seguir, falarei mais detalhadamente destas duas edições.

Mudei apenas um critério: decidi reproduzir a italização (ou falta dela) do original, inclusive no caso das palavras que hoje apareceriam em romano, e em citações estrangeiras. O texto nem sempre é consistente, e decidi adotar esse critério sobretudo por razões literárias. Como há sempre uma possibilidade de ironia, na própria italização e no uso de palavras estrangeiras – *bis*, *hurrah*, *meetings*, *toilette* – é melhor reproduzir o original, e deixar o leitor julgar. Nestes casos, segui a regra geral, e modernizei a ortografia: *debênture*, não *debenture*, *déficit*, não *deficit*. Decidi manter a ortografia original dos nomes próprios de origem não portuguesa: Capelli, não Capeli, mas Melo Morais, não Mello Moraes. (Exceção a esta regra: Shakespeare, não Shakspeare.)

Minha impressão é que os compositores eram competentes, com certas limitações. Em 8 de janeiro de 1893 (38), Machado comentara um erro, dizendo que “A revisão é severa: eu é que sou desigual na escrita, mais inclinado ao pior que ao melhor”. Modéstia, certamente – a letra dele é simples e asseada, e só numa ocasião neste ano, no dia 3 de junho (105), tem que se corrigir na crônica seguinte, quando “Banco Único” saiu “Banco União”. Mas sobretudo ao ler palavras estrangeiras

(francesas, latinas, etc.) erram, e erram nessa *bête noire* dos compositores, a crase. Sobretudo, põem “à casa” quando deve ser “a casa”. Sabemos – consultando, por exemplo, a edição fac-similar do manuscrito de *Esau e Jacó* – que Machado não errava nem vacilava neste caso, de modo que nos sentimos justificados em corrigir sempre esta expressão.

Das edições posteriores em livro, há três que devem ser levadas em conta em relação ao texto das crônicas: a primeira delas é a do próprio Machado, que reproduziu seis de “A Semana” em *Páginas recolhidas* (1899), das quais duas são de 1894, a de 3 de junho (a que deu o título “A cena do cemitério”) e a de 22 de julho (a que deu o título “Canção de piratas”). Machado fez algumas pequenas modificações, todas anotadas no devido lugar.

Em 1914, a Livraria Garnier publicou a antologia *A Semana*, editada por Mário de Alencar, que contém 106 crônicas (de um total de 250), com Advertência de Alencar, datada de 1910. Ele modifica algumas crônicas, cortando alguns trechos, e dá títulos a outras, que às vezes pegaram – “O punhal de Martinha”, por exemplo, para a famosa crônica de 5 de agosto de 1894 (114). Das 52 deste ano, incluiu 24. Sempre que uma crônica foi incluída, anotei o fato, e anotei as mudanças que fez no texto (principalmente porque essas escolhas nos informam sobre os gostos e os critérios da época, que nem sempre compartilhamos). Utilizei o texto desta edição às vezes em casos de dúvida sobre o texto (quando o microfilme é difícil de ler, por exemplo).

Mais importante que estas edições é a da editora Jackson, de 1953, feita por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (houve outra anterior, da mesma editora, que compartilha a incompetência de boa parte dessa primeira “obra completa”). Esta, de Aurélio, foi republicada algumas vezes em anos seguintes. Como todo mundo sabe, ele foi uma das maiores figuras da filologia brasileira, autor do dicionário conhecido pelo seu nome.

Foi também autor de um artigo fundamental sobre a “Linguagem e estilo de Machado de Assis”, publicado na *Revista do Brasil* em 1939, uma caracterização, com muitos exemplos, da atitude de Machado perante a língua.¹ Afirmando que tem “um dos melhores estilos que já houve em português”, chama-o de “espírito conservador (...), amando a ordem, disciplinado, metódico.” Indo mais longe (e, a meu ver, ecoando alguns preconceitos da época dele e de outras), diz que o “instinto de nacionalidade” não era vivo em Machado “em tão alto grau como se afigura a alguns dos seus críticos”, “faltava-lhe para tanto maior vibração de vida, sentimento mais profundo de simpatia humana, de amor à terra, à sua paisagem e à sua gente”.

Essas opiniões (exprimidas catorze anos antes da publicação da edição que usamos) têm alguma relevância para nós? Possivelmente não, mas de qualquer maneira

¹ Foi republicado em *Linguagem e estilo de Machado de Assis, Eça de Queirós e Simões Lopes Neto* (Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2007), p. 3-59.

talvez ajudem a explicar alguns dos deslizes que notamos na sua edição. Devemos sublinhar, neste ponto, o enorme respeito que seu nome merece, e a grande sorte que temos de ter essa edição à nossa disposição. Por isso, anotamos as menores diferenças entre o texto dele e o do jornal (exceto onde ele corrige um óbvio erro tipográfico – “ete” em vez de “sete”, “ocante” em vez de “tocante”...), e entre o texto dele e o nosso.

Todo texto – inclusive sem dúvida o nosso, apesar dos nossos esforços – tem erros, mas vale a pena comentar estes, em boa parte pela eminência do editor, mas também por interesse intrínseco. Os “erros” de Aurélio (ou discrepâncias entre o texto dele e o nosso) são bastante fáceis de categorizar. Em alguns casos, o que pode surpreender, ele segue a leitura de Mário de Alencar, mesmo quando não corresponde ao jornal: há um exemplo na famosa crônica do “punhal de Martinha” (5 de agosto: 114), onde, comparando as ações de Lucrecia e Martinha, a *Gazeta* diz “...as perdas são desiguais, mas força é dizer que a ação da primeira [Lucrecia] não é mais corajosa que a da segunda [Martinha]”. Alencar mudou “perdas” por “pessoas”, leitura que subsiste em todas as reproduções desta crônica reproduzidíssima. O leitor encontrará nossa explicação da leitura correta na respectiva nota à crônica – podemos acrescentar que a versão do jornal força a pensar, ainda que momentaneamente, o que quase basta para provar que é a certa. No começo da crônica de 30 de setembro (122), talvez pelo mau estado do jornal, Mário leu “nem” em vez de “mas”, o que produz um contrassentido, pois faz pensar que o cronista não está se dirigindo a quem, de fato, se dirige. Cabe dizer aqui que nós nos beneficiamos de ter o texto do jornal acessível a toda hora: não podemos criticar excessivamente se às vezes Aurélio acabou recorrendo ao livro de Mário (que noutros momentos corrigiu).

O que é mais interessante, algumas vezes Aurélio corrige “deslizes” que bem possivelmente são intencionais. Dois exemplos parecidos: na crônica de 4 de março, o cronista está esperando com certa impaciência para votar numa eleição importante, ele diz “ainda não começava o meu quarteirão”. Aurélio, numa nota, acha que “talvez ‘começava’ esteja, por erro de revisão, em vez de ‘começara’”. Achamos que, pelo contrário, o imperfeito cabe melhor aqui – pode ser mais “lógico” o mais-que-perfeito em relação aos fatos exteriores, mas em relação ao estado de ânimo do cronista, o texto da *Gazeta* é claramente mais expressivo. Na crônica de 21 de outubro (125), referindo-se a um finado amigo, o texto da *Gazeta* diz que, falando da prostituição pública, o amigo “diria” “a vaga Vênus. Sem anotar o fato, Aurélio põe “dizia”. É possível que tenha “corrigido” Machado por distração, mas também pode ser que achasse que, tratando-se do passado e portanto de fatos, o condicional não caberia.

A lógica, a gramática e uma certa formalidade vão de mãos dadas, e fazem com que Aurélio às vezes corrija sem anotar, como se Machado “devesse ter querido dizer” o que o editor queria que dissesse. Na crônica de 3 de junho, põe “de Ofélia” em vez de “da Ofélia”, mesmo tendo Machado mantido o “da” quando reimprimiu a crônica em *Páginas recolhidas*. Dois exemplos mais, da crônica de 14 de outubro (124): onde o

texto da *Gazeta* tem “não parece que exagero muito”, Aurélio põe “exagere” (novamente sem anotar o caso), sem dúvida porque acha mais correto o subjuntivo. Possível que os compositores tenham lido mal, mas também é possível que Machado achasse legítimo e menos “formal” o indicativo. Mais adiante na mesma crônica, novamente corrige “de seus filhos” por “dos seus filhos”, quando ambos são legítimos.

Seria possível fazer um estudo sobre essas correções; sobretudo, porque iluminam não só a atitude de Aurélio, como também a de Machado, às vezes menos formal, mais “cotidiano”, digamos, e sobretudo, mais expressivo do que se pensa – sobretudo nos diálogos, como bem nota Aurélio, mas nem só. Noutras palavras, ilumina o estilo do cronista.

A pontuação é outro problema semelhante. Sem dúvida os compositores erravam de vez em quando, e os critérios eram ligeiramente diferentes na época em que Machado escrevia. Porém, Aurélio também aqui “corrige”, comentando algumas vezes, mas também sem comentar. Tentamos padronizar, mas sobretudo achamos necessário patentear nossas escolhas, para que o/a leitor/a possa julgar por si mesmo/a. Se quiser ver alguns exemplos da “limpeza” que fizemos, podem consultar a crônica de 4 de março (93), notas 7 e 8, e 13 de maio (102), notas 7 a 9.

Incluimos a crônica de 29 de abril de 1894, escrita quando Machado estava doente, muito provavelmente da autoria de Ferreira de Araújo, o dono da *Gazeta*. Incluimos na ordem cronológica, com número fora da série (100A). Além do seu interesse intrínseco, a sua leitura se faz necessária para a compreensão da crônica seguinte de Machado, em boa parte uma resposta a ela.

Um comentário final: devo agradecer a colaboração dos meus amigos, os editores desta revista. Sem a sua leitura e os seus comentários, no texto e nas notas, esta edição seria muito menos idônea, e também menos iluminadora. Um pequeno exemplo: na crônica de 24 de junho (108), falando das festas de São João, o cronista diz que “a liberdade de adivinhação [está] proclamada contra a oligarquia de Junho”. Não fossem seus olhos de lince, não teria notado o “J” maiúsculo, que também passou despercebido de Aurélio, mas que junta uma deliciosa camada de sentido irônico à crônica, pela referência implícita à “monarchie de Juillet” francesa, e assim às revoluções “democráticas” do século, a que Machado se refere com seu ceticismo habitual.